

RESISTÊNCIA DA MEMÓRIA E MEMÓRIAS FEMININAS DO GOLPE

(1º DE ABRIL, NO RECIFE, 1964)

Andréa Bandeira¹

Saúdo minhas irmãs
De suor, papel e tinta
Fiandeiras
Guardiãs
[...] No mar da palavra
Escrita voraz [...]
Cantando a uma só voz
O que nós sonhamos
O que nós plantamos
No tempo em que a nossa voz
Era só silêncio.²

A década de 1960 desembarcou no Porto do Recife, atravessou o passeio de pedras irregulares, pisou a marca ponto zero, onde a cidade se origina de costas para o mar e para o abismo de águas do cais natural. Poucas pessoas notaram que ela estava um pouco menos esbelta, e aquele ar americano tinha saído de sua face um pouco mais magra. Não notaram porque ela trazia bandeiras em volta do pescoço, de cores fortes, tremulando ao vento que vem do oceano e invade as ruas por entre os edifícios, sopra as janelas da Bolsa de Valores, divide-se entre as ruas Rio Branco e a Marquês de Olinda para encontrar o rio Capibaribe, deixando para trás a Maurício de Nassau, e soprar na Conde da Boa Vista.

O corte reto do seu *tailleur* contrastava com o volume das saias que ainda enchiam seu guarda-roupa colonial, que ficou na casa rosada. Ela deve ter pensado que isso era bom, porque o ônibus elétrico que circularia nas ruas do Recife, tomando o lugar do bonde que se arrastava contra a modernidade, pedia mais agilidade e menos cerimônia. Foi ontem o *réveillon* e já parecia que mundos a separavam de si, daquele dia do seu passado, mais que o tempo. Será, estava mais velha, taciturna? Ela era haste de bandeiras que agitavam forte juventude, vontade de coisas novas. “Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás”³. Palavras de ordem rabiscadas nas paredes dos prédios e nos muros permitiam que ela identificasse as lutas travadas cotidianamente sem que pudesse explicar o que realmente mudou. Parecem ainda ecoar do poema de tantos anos o sangue e o suor de espectros transeuntes nas cálidas palavras de terrível sentido:

[...] a cidade, eu vejo, está transfigurada: É um campo desolado, negro, enorme,/ Onde rasteja ainda/ O último rumor de uma Batalha/ E a massa negra dos edifícios,/ As torres agudas recortando o azul sombrio,/ Cadáveres revoltos, remexido,/ Com os braços mutilados/ Erguidos para o céu⁴

La Jetée,⁵ o passado e o futuro que se encontram quando alguém morre.

Antes de pisar esse chão, tudo parecia tão simples nas imagens hollywoodianas, quando as mulheres desfilavam joias, bocas vermelhas e cabelos louros encaracolados⁶. O amor era a tônica da felicidade e os gatos dividiam a cena no feliz *the end*⁷. Uma canção ao longe parecia querer embalar os sonhos... “Assim se passaram dez anos/ Sem eu ver teu rosto/ Sem olhar teus olhos/ Sem beijar teus lábios assim...”⁸. E os jornais de domingo insistiam em desacreditar o que as ruas já nem paravam mais para ver:

Você é outra. [...] Quem diria [...] o modelo-vivo-de-menina-bem-comportada, você que na opinião das mães era a essência de menina gênero bom partido, haveria algum dia de frequentar *boites de nuit*, [...] um novo penteado e um ar premeditado, [...] por quem os homens se matam... [sic].⁹

Então, ela trocou as meias-ligas e os saltos pelas botas tão paramilitares: “Rebeldia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais, expressa também nas manifestações artística”¹⁰, nas idas e vindas cotidianas, na vida pública e na vida privada.

Queria-se criar o homem novo, numa mistura de Marx e Che, integrando o passado e o presente nacional, nas raízes rurais do coração do Brasil. Queria-se refazer romanticamente o traçado científico das linhas freyrianas, que equilibrara as raças em harmonia a partir de novas linguagens, aproximadas pelas tecnologias modernas dessas feições mundanas de diversão e prazer das ruas, dos encontros: *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, envoltos no sonho de liberdade de *Ganga Zumba*, expresso na melodiosa *Arena conta Zumbi*, narrativa de um só homem feita de várias vozes sem cenário, caminham para o paraíso do *Quarup*¹¹.

Nesse contexto sociocultural, os eventos econômicos se desenrolaram em fatos políticos e, até o Golpe de 1964, o Brasil foi palco de muitos movimentos sociais rurais e urbanos que emergiram nas diversas camadas sociais influenciados pela conjuntura, ou forjados nas lutas partidárias, como os grupos liderados por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na clandestinidade desde 1947. As décadas anteriores ao Golpe conviveram assim com uma luta tecida cotidianamente nas ruas e nos campos, sendo Pernambuco lugar de concentração dessas ações. As ligas camponesas na zona rural pernambucana e os clubes de mulheres¹², nos bairros da Área Metropolitana do Recife refletiam a atuação do povo e o seu envolvimento na luta por mudanças na conjuntura política do país. Observam-se nomes femininos no rol dos protagonistas desses movimentos, com forte atuação nas diversas organizações, ainda que os estudos sobre a temática sejam incipientes. Nota-se, assim, que a participação feminina não destoa e se integra na luta mais ampla da qual o Brasil foi palco.

Naquela época de bandeira desfraldada muitas flâmulas partidárias eram lançadas e vozes diversas ecoavam, espantando o vai-e-vem dos pés acostumados aos declives dos mosaicos das antigas ruas do centro comercial. As gentes paravam para seguir as palavras-de-ordem e engrossavam as fileiras respondendo aos convites das bandas que numa mão permaneciam à direita e noutra mão dobravam à esquerda. A atuação das mulheres era marcante nos dois lados, evidenciando a complexidade das questões de gênero (atualmente, em destaque nas pesquisas sociais) nas demandas de classe, já observadas e em conflito permanente. Eventos e fenômenos, tais como as reuniões de mulheres no Colégio São José, a formação da Rede Democrática, a “Cruzada Democrática Feminina” em Pernambuco (em constante diálogo com o movimento em âmbito nacional, sendo elas, as pernambucanas, uma liderança avançada na região)¹³ dividiam o palco com o avanço dos movimentos de trabalhadores e populares, tais como as

passeatas de mulheres contra a carestia, aumento dos preços dos coletivos e dos produtos derivados do trigo e da cesta básica, incluindo nesses discursos seus posicionamentos ideológicos-partidários¹⁴.

Pernambuco, então, roubou a cena, apresentando-se como lugar onde fortemente se observava o conflito capital-trabalho. Majoritariamente agrária, a economia do estado dependia, quase exclusivamente, da produção da cana, feita em grandes extensões de terras, além do que, praticamente, apenas na região da zona da mata, onde o tipo de terra era mais apropriado para essa cultura. Isto obrigava, aos operários do campo, as migrações sazonais, ora do sertão na direção do litoral, ora, outra vez, na direção do sertão. Nessas plagas, as desigualdades sociais atingiram o seu clímax e as revoltas se tornaram constantes, influenciadas pelas conquistas resultantes das lutas urbanas, que a crescente industrialização fizeram eclodir. O Recife despontara no cenário nacional como a cidade que refletia o avanço das oposições: o governador e ex-prefeito era considerado representante das esquerdas, acusado por seus adversários de ser comunista, inclusive de “*estar a serviço de Moscou*”¹⁵. Sua relação com o presidente era conflituosa. Situação observada na coluna *Assis Chateaubriand* do *Diário de Pernambuco*, sob o título *O take-off para Cuba*. No artigo, o jornalista informou aos seus leitores que o presidente disputava a reeleição e o seu principal adversário era o governador nordestino, “*Não deixa de revestir sedução a luta feroz em que se empenham Jango e Arraes*”¹⁶. Jango, então, temia a popularidade do governador pernambucano no Nordeste, que o colocava como forte candidato às próximas eleições para o Planalto, em 1965.

Miguel Arraes possuía amplas vantagens no Grande Recife, mas precisava disputar espaços políticos no interior de Pernambuco, o que facilitaria, também, a sua inserção nos outros estados, pela aliança histórica entre os coronéis dos sertões nordestinos. Este espaço foi conquistado com sua política de articulações¹⁷, que atraiu entre outros, o apoio do coronel Chico Heráclito, de Limoeiro, e de partidos de centro como o PTB, controlado por José Ermírio de Moraes, empresário que ambicionava um espaço no campo da política e tinha recursos financeiros para aplicar na campanha eleitoral¹⁹. Miguel Arraes representou “*uma vaga coalizão de liberais, socialistas, comunistas, católicos progressistas, trabalhadores, estudantes e intelectuais*”²⁰, e a crença de que era possível atingir objetivos revolucionários cumprindo a Constituição, mudanças legais e sem violência. Mote que fazia parte do projeto político da Frente do Recife, uma coligação de partidos, incluindo o Partido Comunista, que já elegera Pelópidas Silveira (PSB) para a Prefeitura do Recife em 1955.

Advém, então, o entendimento porque o mês de março de 1964 foi marcado por uma luta entre o discurso e o silêncio. O discurso exaustivo e confiante dos que acreditavam nas reformas a partir da luta democrática, tal como

o discurso que marcou a escalada para o fim do governo Jango na Central do Brasil, em 13 de março, e o silêncio dos que agiam na preparação do golpe, olhando o desenrolar das forças populistas com sereno maquiavelismo.

Os grupos conservadores, formados por militares, empresários e políticos, apoiados pela CIA²¹, iniciaram desde fins de 1950 uma estratégia para conter o avanço das forças de esquerda no país. Agiam na legalidade, participando dos espaços constitucionais políticos, e na ilegalidade, organizando a tomada do poder, a partir do recrutamento, doutrinação e aparelhamento de grupos de combate, que em todo o país compraram e transportaram armas de alto calibre, guardadas secretamente nas residências dos conspiradores, onde recebiam instrução de manuseio. O comandante sediado no Recife, Joaquim Justino Alves Bastos, recebeu homenagens e um manifesto das mulheres da Cruzada Democrática Feminina, num evento público em que foi chamado a colaborar com a repressão às ações subversivas que grassavam no Estado, sob a complacência do governador. Em âmbito nacional, o principal articulador do golpe era o marechal Castelo Branco, que em Pernambuco ainda contava com os militares de alta patente coronel Antônio Bandeira, coronel Ivan Rui, coronel e deputado Costa Cavalcante e o coronel Dutra de Castilho, além da indefinida atuação do general Justino Alves que, em princípio, fora enviado ao estado para vigiar o governador Miguel Arraes, a pedido do então presidente da República, Jango.

Nos últimos dias do mês pairava uma ansiedade pela tempestade dos acontecimentos. Confusos com a falta de iniciativa da oposição direitista mais radical, Jango, Arraes e as esquerdas tentaram tranquilizar seus partidários e eleitores, discursando em favor da legalidade, mas pressentiam uma tentativa de golpe, como acontecera em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Miguel Arraes gravou pronunciamento reafirmando as suas posições políticas e sua decisão de não aceitar o golpe. Pelópidas Silveira, então prefeito do Recife, e alinhado com Arraes²², fez declarações públicas de crença na manutenção da legalidade, numa tentativa de conter as forças golpistas. Na noite anterior ao golpe, soube que iniciara uma marcha na madrugada, comandada pelo general Olímpio Mourão Filho, em direção ao Rio de Janeiro. Um movimento armado revolucionário. Até a manhã do dia 1º de abril, mal reconhecia a existência de um comando do Exército, a IV Divisão de Infantaria, reforçada por dois outros regimentos vindos de Belo Horizonte e São João Del Rei, dispostos a depor o presidente, e já o IV Exército, sediado no Recife, sob o comando do general Justino Alves, havia aderido ao movimento.

Nesta conjuntura, encontram-se as mulheres inseridas nas organizações de oposição ou não militantes, algumas apenas simpatizantes das ideias “esquerdistas”. Atuaram em campos diferentes da política e da resistência à época, “experenciaram” ou perceberam o golpe, a atuação dos civis e dos militares,

as forças repressivas nos momentos iniciais de eclosão do governo da ditadura implantada, desde o dia 1º de abril de 1964 – evento marcado por fatos que de alguma forma o anunciavam.

Assim, o mês de março de 1964, nas palavras de Pelópidas Silveira, “foi um mês muito difícil no Recife, porque houve um “*lockout*” nas classes produtoras, fecharam as fábricas, parou tudo. E o governo do Estado resistiu”²³. A paralisação começou com a reunião de empresários pernambucanos, em 1º de março, na Associação Comercial. O flagrante foi revelado no *Diário de Pernambuco* em poucas linhas na primeira página. Um texto curto, porém insofismável, dizia:

as classes produtoras debatiam a situação relevante no interior do Estado, [...]. Após intensos debates e reconhecida a orientação no movimento grevista nas usinas, [...] resolveram realizar, amanhã, uma assembleia extraordinária, para estudo de plano de ação destinado a enfrentar a baderna comunista.²⁴

Bloquear o movimento dos trabalhadores e confrontar o governo eram as intenções das classes produtivas, e as classes médias se posicionaram, a exemplo da afirmação de Ângela de Araújo Barreto Campelo, favoráveis “a todas as reformas que atingem o povo. [...] Agora, a ideologia é que eu poderia combater. Quanto a realidade, não, mas com restrições, evidentemente, porque eu respeito o direito alheio, é um direito sagrado, ninguém pode deixar de respeitar o alheio”²⁵. Naquele instante, recusaram o papel demagogo, e se desfizeram dos acordos firmados com a Frente do Recife – quando havia sido oportuno o apoio das organizações populares, das esquerdas, inclusive o de Luís Carlos Prestes, que foi aceito nos seus palanques, discursando em nome de Cid Sampaio. Apoiaram Miguel Arraes, mas não concordaram com o avanço das lutas dos trabalhadores e das esquerdas, pois temiam “a revolta preparada [...] a intenção de fazer com que o povo se rebelasse”²⁶. Em seguida, entusiasmaram-se com o movimento das elites que preparavam o golpe, formando, entre outras, uma rede de mais de cem estações de rádio e televisão, que cobria o território nacional conclamando o povo a tomar parte da “Rede Democrática”. A Rede alertava a população contra o governo constituído e chamava as mulheres a integrarem o movimento. Aderiram aos protestos, apoiados por parte da Igreja, que, entre outras contribuições, cedia seus espaços para as reuniões do grupo golpista.

A “Cruzada Democrática Feminina” em Pernambuco teve início nas conversas entre as mulheres que se reuniam no interior do Colégio São José. Igualmente, as marchas que aconteceram depois em outros cantos do país pretendiam agregar num movimento mais amplo de oposição à política das reformas, empreendida pelo governo. Segundo Ângela Campelo, ela e outras mulheres buscaram apoio para suas inquietações naqueles “que dão segurança [para] a

gente”²⁷, e integraram o movimento. E possibilitaram o avanço do golpe que derubou Miguel Arraes e Pelópidas Silveira no estado, governador e prefeito eleitos por essa mesma classe média, naquele momento decepcionada com a resposta dos dois dirigentes ante os avanços dos movimentos sociais. Ângela Campelo tinha lembranças das palavras paternas: “o meu pai disse: vocês vão acabar dominados por Miguel Arraes. Ao que ela, na época em que participou da sua campanha, respondeu: Não. [...] nós o conhecemos. [...] Ele não é absolutamente comunista, nem inclinado para a esquerda”²⁸. Meses depois, essa mesma mulher se inclinou à campanha de cunho liberal-conservador e anticomunista da “Rede Democrática”, junto com o seu grupo.

As mulheres que responderam ao chamado da “Rede Democrática” em Pernambuco “eram [na maior parte] antigas ex-alunas do Colégio São José. Estavam acostumadas com aquela direção das freiras”²⁹. E o fizeram na crença de que o papel das mulheres é a manutenção da ordem, a estabilidade e a promoção social, “porque nós províamos muito o homem, principalmente aquele mais carente”³⁰. Com essa compreensão, perceberam o crescimento do movimento como algo natural, “E aquilo foi mais [...] E diziam que nós devemos fazer alguma coisa [...] E, de repente, aquela multidão viu que já era uma força em si mesmo e saiu à rua. Aquilo foi... absolutamente espontâneo. Nada preparado”³¹.

A Cruzada Democrática Feminina tinha como mote “manter Pernambuco vivo dentro das suas tradições”, porque “a mulher pernambucana sempre foi muito ciosa da sua dignidade, da sua família e da sua pátria”³². E, com esse discurso, atraíram grupos em outras classes, onde estabeleceram uma militância: “Nós tínhamos muitas ligações com um grupo de lavadeiras [...] com o Córrego do Bartolomeu”³³. Militância organizada sob a ideia de que “o povo não pode ser trabalhado de cima para baixo, o povo tem de ser trabalhado de baixo para cima”³⁴. E com uma *práxis* que se caracterizava por ser realizada “através dos líderes e das pessoas representativas, das comunidades, que nós conseguíamos prestar alguma ajuda e difundir um pouco a nossa ideologia a respeito da ordem e do direito”, cumprindo, dessa maneira, uma agenda política de ordenação das camadas populares em torno da “Rede Democrática”.

A Rede se apoiou em ações de grupos de mulheres, chamadas a agirem na perspectiva de um modelo essencialista do “feminino”. Elas eram concludadas para a defesa da família, da propriedade e do Estado e, para isso, muito se escreveu em homenagem ao espírito combativo de mães e esposas, verdadeiras rainhas do lar, dispostas a qualquer sacrifício pela salvação das suas crias e dos seus. Apareceram nas páginas do *Diário* exemplos desses convites que faziam apologia ao sentimento materno de preservação da ordem. Em “*Mulheres Mineiras*”, Costa Porto enaltece a figura feminina e afirma seu papel fundamental na luta pela manutenção das tradições: “A mulher mineira está dando ao país um

exemplo de coragem, desassombro e bravura, que contrasta [...] com o acumplicamento covarde dos homens, num país sob a ameaça de transformar-se num matagal de eunucos, de tímidos e de desfibrados”³⁵. E escreveu Costa Porto num jornal local, para mulheres que atuavam na região, igualando a situação à história pernambucana: “E penso o papel da mulher pernambucana, a qual, resolvendo-se a ensinar aos marmanjos como é que se deve cuidar dos nossos problemas”³⁶. O comentarista citou Frei Vicente do Salvador³⁷ para relatar a participação das mulheres na resistência aos nativos e como elas enfrentaram um ataque noturno desses “selvagens”. Enquanto os homens dormiam, elas faziam a sentinela e os índios soturnamente começaram uma invasão ao forte, elas “aguardando com suas partazanas³⁸ nas mãos [...] lhes meteram pelos peitos, e os passaram de parte a parte. E uma não contente com isso, tomou um tição e pôs fogo a uma peça com que fez fugir os outros”³⁹. Costa Porto termina a coluna pedindo às mulheres para seguirem o exemplo das suas históricas conterrâneas. Tal pedido se coadunava com um processo ascendente de participação feminina no conjunto da sociedade⁴⁰.

Assim justificadas, mulheres de setores da classe média e dirigente se organizaram no mês de março de 1964, nas ruas do Recife, em duas grandes “*Marchas da Mulher, pela Família, com Deus pela Liberdade*”. A primeira, no dia 6, e a segunda, no dia 19. A marcha que aconteceu no dia 19 inseriu-se num movimento mais amplo de marchas, em resposta ao comício da Central do Brasil, carregando a mesma bandeira “nacional” dos setores conservadores da política: “*Mulheres promovem concentração em defesa do Brasil*”. Com essa chamada, no dia anterior, o *Diário de Pernambuco* anunciou a marcha que aconteceu no Recife, no dia 6 de março de 1964,

[...] em defesa das instituições democráticas, das liberdades individuais e da família brasileira, ameaçada pelos comunistas que tentam – como minoria organizada – assumir o comando do Estado e do país, a mulher pernambucana promoverá, amanhã uma concentração popular.⁴¹

A marcha do dia 6 de março fazia parte de uma programação extensa, incluindo a censura, se é que não de ameaça às instituições, declarado golpe:

Será a primeira de uma série, iniciando uma campanha de esclarecimento, visando unificar todas as mulheres, através de verdadeira cruzada democrática contra as ideologias estranhas e a agitação vermelha nos campos, nas fábricas e nas escolas. Estão sendo convidadas, sem distinção de religião, classe social e cor, todas as mulheres – as donas de casa, as professoras, as funcionárias públicas, as estudantes, as comerciárias e as operárias. A concentração está

marcada para amanhã, às 15 horas, no pátio do Colégio São José, à Avenida Conde da Boa Vista, 921.⁴²

As mulheres saíram do Colégio São José, onde começaram a concentração, sob as bênçãos da Madre Igreja. A cruzada sentiu a falta do seu líder espiritual, Dom Carlo Coelho, pois o arcebispo metropolitano de Recife e Olinda agonizava no Hospital do Centenário⁴³. Com o pensamento no pároco enfermo, para ele as carolas fizeram a primeira oração antes de ouvirem o professor Paulo Maciel discursar aos seus ouvidos cândidos sobre *A Constituição do Brasil de um novo sistema de poder autoritário*⁴⁴, a pedido das organizadoras do evento. E, depois, partiram em passeata na direção da Rua do Príncipe, a pedido da professora Carminha Miranda, *de maneira pacífica, sem exaltações*.⁴⁵

Fizeram o caminho mais curto e lógico para os transeuntes comuns que cortam de passos a cidade. Seguiram pela Rua do Hospício até alcançarem mais adiante a sede militar, agregando no caminho outras mulheres. Faixas e cartazes em branco e preto se posicionaram à testa da marcha, como bandeiras desfraldadas sob um sol cálido e um céu ainda azul das tardes de março da Veneza brasileira. Ao lado, outras bandeiras, hasteados os símbolos de cores fortes do Estado e da Nação. Pararam o trânsito, para os retratos ficarem retocados nos jornais. Saíram as *Senhoras pernambucanas em luta pela liberdade*,⁴⁶ e algumas mais afeitas aos *flashes* até sorriram para as “fotográficas” dos repórteres de plantão.

Naquele dia 6, registradas para sempre no *Diário*, marcadas como aquelas “Contra o terror vermelho”, concentraram-se outra vez, porém, na frente do Q.G. do IV Exército, e foram recebidas pelo comandante general Joaquim Justino Alves Bastos. Maria Luiza recorda bem esse dia, porque ela não participou da caminhada desde o início, estava no seu horário de trabalho na Câmara e não integrou a primeira concentração no Colégio São José. “De maneira que eu peguei a marcha já no meio do caminho. Maria Clara [integrante da Rede] entregou o manifesto no IV Exército”. Da sacada do comando militar, o manifesto foi lido pela professora Maria do Carmo de Tavares de Miranda, para a rua, onde senhoras se apinhavam na frente do prédio. Ouviram em boa voz o discurso que afirmava o projeto da Rede e da oposição golpista:

Somos um agrupamento de mulheres convencidas de que devemos distorcer a evidência dos nossos destinos e da nossa sensibilidade social, mas que devemos, também, realizar todos os atributos da nossa condição. [...] É um esclarecimento público de que já existia em ambientes privados, os preferidos de nossa atuação.⁴⁷

Ao fim, sob o manto de estrelas, Carminha Miranda ouviu os aplausos e o “clic” de outra foto para guardar o instante histórico. Alarde maior as notícias

fizeram nos dias seguintes, e seu nome ecoaria no *hall* da Câmara Municipal, merecendo, inclusive, os votos da maioria dos parlamentares da Casa⁴⁸.

Não mereceu, porém, a simpatia em muitos campos populares. Na memória de mulheres como a trabalhadora e estudante Maria das Neves, na época moradora no bairro do Campo Grande, e a dona de casa e trabalhadora Clemilda, que morava em Água Fria, periferia do Recife, a marcha das mulheres da Cruzada Democrática Feminina era um movimento de mulheres ricas, sem adesão do *povão*, e que desconheciam as reais necessidades da maioria da população pernambucana⁴⁹. No bairro onde Clemilda morava, sequer chegou notícia da realização desses atos⁵⁰.

O *Diário*, entretanto, ecoou informes sobre a ação cívica das cruzadas recifenses até a realização da marcha paulista do dia 19, quando os ânimos mais acirrados pediam menos cautela, apresentando as manifestações como um conjunto de iniciativas da Rede Democrática. A repercussão dos discursos no palanque armado na Central do Brasil na capital carioca, no dia 13, principalmente o do presidente João Goulart, pareceu oferecer o estopim que as elites conservadoras necessitavam para justificar o golpe, anunciado na primeira página do *Diário*, em letras garrafais: “Magalhães Pinto diz que extremismos levarão ao golpe ou à revolução”⁵¹. Situação e oposição, em nome do povo brasileiro, ameaçaram cumprir seus projetos.

Nas ruas, a Rede Democrática se antecipou e marcou “uma réplica prévia à concentração comunista organizada pelo governo federal”, na sede da entidade, no Rio de Janeiro⁵². As mulheres da Cruzada Feminina foram mais audazes: responderam com novas marchas. A marcha das mulheres na capital paulista, ocorrida no dia 19 de março, foi anunciada e noticiada na primeira página do *Diário*⁵³. E recebeu o apoio e a participação de uma delegação da Cruzada Democrática Feminina. As representantes recifenses, Maria José Barreto Campelo, Haélia Batista de Carvalho, Albina Maia Mendonça, Clarita Melo Mota e Maria Ângela Campelo de Melo levaram uma faixa que desfilaram no comício sob aplausos. Na flâmula, as palavras em letras garrafais: “A mulher pernambucana, pela justiça social, pela liberdade, pela democracia”⁵⁴.

No Recife, dia 20 de março, as recifenses da “Rede” promoveram novo protesto. A concentração fora chamada para a sede do América Futebol Clube, na Estrada do Arraial. O comício, entretanto, realizou-se na rua, causando disputas políticas. As portas do grêmio esportivo foram fechadas na última hora, por ordem do presidente do clube, deputado Lamartine Távora, que, segundo o jornalista do *Diário de Pernambuco*, era um *arraeslita-janguista*. Quando tomou conhecimento do fato, o deputado Felipe Coelho requereu ao presidente da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, deputado Valfredo Siqueira, que cedesse as instalações do Palácio Joaquim Nabuco às cruzadas. Com microfo-

ne na mão, a professora universitária Carminha Miranda, outra vez, discursou para os presentes, e finalizou convidando todas as mulheres para a audição do deputado Danilo Nunes, do estado da Guanabara, em conferência na próxima reunião da Cruzada, que seria realizada no Ginásio do Sesc, em Santo Amaro, na noite de 23 de março⁵⁵.

Tais atos políticos não se limitaram às passeatas nas ruas, as quais as organizadoras gostavam de pensar e apregoar “espontâneas e populares”. Maria Luiza Carneiro Campello se lembra, ainda, de uma reunião no Recife, dia 22 de março de 1964, quando vieram Pedro Aleixo e Bilac Pinto⁵⁶ e fizeram, segundo ela, uma palestra na sede da União dos Estudantes, na Rua do Hospício, num domingo à tarde. Enquanto faziam a reunião num dos andares do prédio, em baixo, na rua, um agitador iniciou um discurso acobertado pela polícia. Ao saírem do prédio, bombas de gás lacrimogênio foram jogadas e ela ficou com os olhos irritados. Mesmo assim, o grupo cantou o Hino Nacional em frente ao prédio em protesto, reafirmando sua posição. Por isso, ela afirma que, no governo de Arraes, o campo, as indústrias e até a polícia – *E este tal agitador*⁵⁸ *tinha cobertura da polícia* – estava infiltrada de comunistas, e que Arraes teria tentado sabotar o trabalho da Cruzada Democrática⁵⁹.

Na quarta, 25 de março, Maria Luiza Carneiro Campello seguiu para o Rio de Janeiro levando uma lista de nomes de mulheres, “uma lista de assinaturas de senhoras da sociedade pernambucana, de todas as classes sociais, de todos os credos religiosos, pedindo o não reconhecimento do PC”⁶⁰. Ela confirma, com essas palavras, a formação nacional da Rede Democrática, e seu aparelhamento em várias frentes para desarticular as esquerdas.

É possível observar que os conflitos se acirraram entre as elites burguesas, as classes médias e o Estado, levando a imprensa a se tornar mais enfática nas suas críticas aos planos de Reformas dos “governos das esquerdas”, como eram tratados João Goulart, no campo federal, Miguel Arraes, no estado, Pelópidas Silveira, na esfera municipal, e aos aliados políticos, bem como ressaltar suas ligações com os comunistas, quando não eram mesmo “acusados” de comunistas. Em suas *Memórias*, Gregório Bezerra conta:

a partir de fevereiro de 1964, foi lançada uma campanha de boatos que corria desenfreadamente, anunciando o golpe militar contra o honrado governador Miguel Arraes de Alencar e contra o presidente da República, João Goulart. [...] O apelo final era claro: só a intervenção do Exército poderia impor a ordem, garantir a vida e a propriedade.⁶¹

A Rede Democrática, responsável por essa onda de rumores e depois na liderança do golpe militar, conjugava a necessidade de uma ação radical contra

os comunistas e as lideranças vermelhas nas várias instâncias do executivo do estado, acusando os governos de pretenderem a iminente “cubanização do país”, alegando que uma revolução nos moldes cubanos já estaria em andamento, uma vez que campos de treinamento de guerrilha estavam sendo organizados com o apoio de Fidel Castro, e um exército de combatentes aliciados entre os trabalhadores era mantido e munido com armamento russo.

Tal revelação justificava a “reação” das classes proprietárias de unirem força em defesa de seus direitos legítimos. Fazendeiros e “senhores de engenho” organizaram milícias que agiam no campo, atentando contra os trabalhadores, os integrantes das ligas camponesas e os militantes das organizações de esquerda, que atuavam nas ligas ou nos sindicatos rurais. Nos centros urbanos, essa era a tarefa das delegacias e do exército. Do mesmo modo, observando o desenvolvimento dessa campanha, Gregório Bezerra entendeu a necessidade de reagir: “Daí o nosso dever de alertar o povo para o perigo verdadeiro e para a necessidade de preparar-se para, a todo custo, defender as conquistas até então alcançadas”⁶². A reação inflamou o discurso:

Querem derrubá-los [Jango e Arraes] porque nos deram a liberdade de lutarmos unidos pelos nossos próprios direitos. [...] Lembrem-se, companheiros, de que a liberdade é o maior bem do ser humano. Armem-se como puderem para defender o pão, a terra e a liberdade, perigosamente ameaçados pela reação interna e externa. E nós não estamos sós; conosco estão a classe operária e o movimento estudantil, os democratas e os nacionalistas.⁶³

Um discurso que Gregório Bezerra gritava para poucos sonhadores, inflamava alguns corajosos idealistas, na crença de receberem as armas, de que as massas estariam dispostas ao embate sangrento e o golpe não era uma realidade imediata. Naquele presente, era apenas um sonho fugaz. Não existia campo para formação de um exército de revolucionários. E, quando o comunista Bezerra procurou o governador e, depois, o secretário-assistente do governador Arraes, sabendo que *o patronato estava se armando*, com o objetivo de armar, também, os trabalhadores rurais e camponeses, ouviu sempre uma resposta vaga.

E isto porque vagos eram os projetos de mudança na estrutura social e a iniciativa de enfrentamento, por parte dos governos instituídos, aos grupos econômicos que dominavam o mercado nacional. Ante a inércia das “forças progressistas” e das esquerdas, a “direita golpista” continuava agindo. Para tornar essas ações golpistas verossímeis e legítimas, a Rede Democrática, atuando em âmbito nacional, manteve uma campanha de propaganda anticomunista incisiva, feita rotineiramente, num “trabalho de formiguinha”, e que grassava nos principais veículos de comunicação.

Em 31 de março de 1964, as manchetes em alguns jornais de grande circulação no país, os mesmos citados por historiadores como operantes do golpe⁶⁴, pediam uma ação efetiva dos salvadores da pátria:

Seria [...] loucura [...] as forças democráticas desunidas e inoperantes, enquanto os inimigos do regime vão, paulatinamente, fazendo ruir tudo aquilo que os impede de atingir o poder. Como dissemos muitas vezes, a democracia não deve ser um regime suicida, que dê a seus adversários o direito de trucidá-la, para não incorrer no risco de ferir uma legalidade que seus adversários são os primeiros a desrespeitar.⁶⁵

No Recife, há uma lacuna de informação. O *Diario* silenciou a precipitação do golpe enquanto, no Palácio das Princesas, Miguel Arraes ponderava reagir com a palavra. O jornal continuou sua propaganda anticomunista para estabelecer o pânico e alimentar uma tensão psicológica pró-golpe militar⁶⁶. Na edição desse dia, ao lado da manchete “CGT diz que paralisará o país se os marujos e fuzileiros forem punidos”, os assustados leitores visualizavam a imagem fotografada de um muro pichado com as frases “Fora Arrais”, “Abaixo A[rrais]” e “Fora o criminoso Arrais!” (sic).⁶⁷ Expressão do “popular” pouco alfabetizado, porém consciente e cioso, pensariam esses leitores. E o muro, ao invés de lamentações, incitava uma atitude de emparedar a “comunização do Estado”.

A fotografia impressa no meio da página transformava aquele muro alto sem localização num emblema, ao mesmo tempo em que o aproximava do leitor em qualquer recôndito da cidade. Da periferia ao centro urbano, passando pelas tradicionais ruas de casas majestosas, palacetes da virada do século, o muro pertencia aos jardins de rosas mosquetas, margaridas brancas, dalias alvas, nove-horas sempre-vivas. Protegia daquela confusão que fazia coro nas missas das seis, quando o santo padre revelava a vinda dos sete anjos do apocalipse, e a primeira trombeta já entoava seu canto, enquanto aquele outro padre santo falava pela boca do divino e iluminava com os sete candelabros o caminho da caridade cristã.

No alvorecer desse dia, o general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora (MG), já manobrava seus soldados no caminho para a antiga capital federal carioca, com o aval do governador mineiro Magalhães Pinto, quando Miguel Arraes escreveu um manifesto nordestino esperançoso e conciliador, numa tentativa de minimizar o conflito e desacelerar as forças golpistas. Sabia o governador pernambucano da inutilidade daquele documento porque, no Palácio, em contato com Brizola, entenderam a necessidade da vinda de Jango para onde a presidência pudesse ser protegida e atuar, mas já era muito tarde. Júlia Santiago da Conceição, militante comunista do Partido, lembrou-se: “Eu estava em Palácio, de noite... Brizola achava que Jango

devia vir para cá e, daqui, governar. Mas naquela hora, não havia mais condições da gente fazer uma preparação, um movimento, para Jango vir”⁶⁸.

Essa mulher iniciou sua militância nas lutas travadas cotidianamente dentro das fábricas de tecido aos dez anos de idade, quando procurava emprego e enfrentava os desafios de uma tenra idade carente, até que se tornou, em 1947, a primeira mulher a ocupar a Câmara do Recife e a vereadora mais votada, fazendo com seus votos outro vereador da sua chapa. Analfabeta, descobriu que o aprendizado político podia ser uma conversa de namorados no fim do turno do trabalho, mas antes era uma escolha de vida. Naquele dia, como em todos os outros de sua vida, ela apenas foi agindo, sem pensar muito nas consequências. Seguindo, como dizia Socorro Ferraz, “[n]uma ingenuidade e [n]uma ignorância que faz com que ela caminhe, que ela não tenha medo, que o medo vai surgindo à proporção que as coisas vão acontecendo, não se tem medo antecipado”⁶⁹. Assim estas mulheres se inseriram na resistência. E resistir, no dia 31 de março de 1964, era ainda imprevisível, porque as informações eram precárias, quando não contraditórias.

Fora do Palácio, a paisagem ensolarada, de ruas agitadas pelos passos de transeuntes em meio aos carros de passeio, aos bondes que ainda circulavam contra o tempo, e aos ônibus elétricos futuristas mais apressados, era uma calma apenas precipitada pelos olhos intranquilos dos assíduos leitores dos jornais. Como se as notícias acontecessem somente ali, nas páginas linotipografadas.

O Recife de corais exuberantes sob um mar azul quase diáfano era outro lugar. Era um lugar onde, no imaginário das classes populares, as bandeiras comunistas eram tão românticas quanto os desejos das esposas de um marido fiel. Esses maridos das amigas que as mulheres recebiam com respeitada inveja. Por isso, a proximidade com esses homens era tão aspirada, e eles frequentavam os lares trazendo sua “boa nova”, apesar dos sortilégios de que eram incriminados. Essa imagem do “bem” nem sempre prevalecia, o que explica a militância comunista ter sido feita pelos mais velhos e associados ao Partido de maneira “*cochichada*” nos corredores das empresas. E, diferentemente, entre “os jovens [...] ser comunista era sexy, atraía as meninas. [...] podia nem ser, mas deixava transparecer”⁷⁰. Comunista “tinha algo diferente”⁷¹.

E no embate fazendeiros versus comunistas, era motivo de piada um pobre votar contra a “sua classe”: “Os ricos eram de direita; os pobres, o que queriam era melhorar de vida, eram de esquerda; por que ser de direita se você é pobre?”. No ar, um sentimento de que havia um acirramento entre as forças políticas de oposição. E esse “sentimento” motivava a jovem Clemilda a querer saber do movimento que transformava a cidade num palco de lutas. Então, ela lia. “Tinha um jornal comunista [...] que a gente não comprava, mas a gente lia, passava-se de mão em mão esse jornal [...] esses jornais comunistas passavam

de mão em mão”. Lia e tinha certeza de porque naquele jornal se fazia a defesa da candidatura de Arraes para governador, e, nos outros, ele quase nem aparecia. E um medo pairava no ar. Um medo que não mudou a paisagem do dia 31 de março. Apenas no Palácio das Princesas os passos nervosos e os gestos imprecisos marcavam as decisões tomadas.

Na capital pernambucana, apenas uma nublada realidade e a certeza vulgar de que, se a disputa pelo poder arrefecesse, se as armas pedidas por Gregório a Arraes fossem dadas ao povo, como era sabido por todos que aconteceu o pedido do comunista ao governador, o resultado seria que “o pau sempre quebra nas costas do mais fraco [...] mais dia menos dia, o pau vai rolar [...havia] muito medo dos usineiros [das elites rurais, onde ainda persistiam o tradicional coronelismo...] o povo não sabe sociologia, mas sabe quem está no poder, [...] ‘não te mete’ [...] e os usineiros mandavam”⁷².

Nessa “normalidade” reinante, distante da governadoria, Clemilda não saiu para trabalhar nesse dia, porque aconteceu o batizado da filha Anamélia e a cerimônia de casamento da sua irmã, terminando num grande almoço de comemoração. O noivo e cunhado, o tenente João Teles Monteiro, convidou muitos amigos militares ao matrimônio. No casamento, fizeram silêncio dos fatos, mas um rastro de apreensão pelos comunistas convidados permaneceu até o fim da festa. E, no dia seguinte, também, não foi trabalhar, mas a avó, advertidamente, na sua astúcia ancestral e contra todo protesto juvenil, já tocara fogo na mala de livros de um amigo, militante do Partido Comunista, que estava em sua casa, a casa de Clemilda.

Longe do Recife, na capital do agreste pernambucano, a estudante e alfabetizadora de adultos, Maria Leônida Lopes, a Nida sentiu *medo* pela primeira vez das coisas que fazia, pelas pessoas com quem convivia e trabalhava. A notícia do golpe chegou rápida, primeiro pelo telefone do Movimento Educacional de Base (MEB). Desde então, a admiração pela causa dos trabalhadores, a “opção pelos pobres” transformou-se num sentimento que a cada dia a distanciou da ingenuidade de participar de um movimento cristão, naquele momento tornado impraticável, porque começaram as proibições e as atividades de alfabetização rural encampada pela Igreja retroagiram, “a cartilha ‘Viver é lutar’ não se podia mais usar, a gente ficava enrolando no rádio”⁷³, por causa do alastramento da repressão.

A separação da juventude católica se deu gradualmente e sem conflito, conscientemente, migrando para outra alternativa de luta, até integrar-se na militância organizada, a Ação Popular (AP), junto daqueles que decidiram resistir ao modelo de ditadura imposta a partir do golpe. Sob estado de exceção, essa menina saiu de Garanhuns para a Universidade do Recife, para cursar Sociologia e continuar a militância política. Uma militância que se fez sob os auspícios

da repressão, quando todas as atividades eram proibidas e as articulações dependiam do segredo das ações. Nida se lembra das manifestações relâmpagos, determinadas pela AP e União Nacional dos Estudantes (UNE), feitas na Rua Duque de Caxias, ao lado da Praça do *Diário*, com o apoio dos camelôs. A preparação começava, normalmente, um dia antes, para comícios que duravam poucos minutos sobre os caixotes dos vendedores ambulantes. Os militantes, sob o comando das suas lideranças e direções estudantis, organizavam-se através de mensagens codificadas que “ia[m] passando a pé pela rua”,⁷⁴ por meio de sinais e palavras cochichadas nas calçadas quando encontravam os companheiros. Começava: na dezessete... Terminava: ...macaco⁷⁵.

Um medo que se espalhava e alcançava todos os cantos do país. Um medo que chegou pelas ondas do noticiário, em Boqueirão, no estado da Paraíba, em 1º de abril, e marcou a memória da comunista e historiadora Maria de Fátima para sempre. Ela era apenas uma menina, naquele dia, e notou quando uma vaga de preocupação mascarou o rosto do seu pai:

Eu me lembro claramente da notícia na “Voz do Brasil” da queda de Jango. [...] ele estava sentado ouvindo o rádio e ele ficou preocupado ele disse: “pode ser que tenha algum problema, alguma guerra, alguma coisa, uma defesa, as tropas estão vindo.” Eu me lembro da preocupação, [...ele tinha] uma antipatia por Jango.⁷⁶

Uma vaga de preocupação que o acompanhou desde então, que seu pai deixou como herança para os filhos, e que ele sempre presenteava aos meninos quando saíam de casa. “Ele sempre teve uma reserva muito grande. [...] Ele dizia:] ‘quando um policial se aproximar de você, [...] saia de perto, não chegue perto, não questione’”⁷⁷.

Um estranhamento sem corpo dividia as expectativas de diferentes setores da sociedade pernambucana. Os militantes mais aclarados ainda curtiam as ilusões de que o golpe era apenas uma promessa que nunca se cumpriria e o *staff* golpista não cantara a vitória: “No dia 31, a gente dormiu com isso!”, conta Marcelo Mario de Melo, na época, jovem militante comunista do Colégio Pernambucano, hoje jornalista da Fundaj⁷⁸.

O Recife acordou muito cedo no 1º de abril. Desde a madrugada, centenas de soldados e dezenas de viaturas se organizaram fechando a cidade, esperando a ordem de ocupação do Palácio e impedindo a articulação das esquerdas e uma possível reação. Quatro unidades foram articuladas para o assalto, o 14º Regimento de Infantaria, o 17º Regimento de Obuses-105, a 7ª Companhia da Polícia do Exército e a Esquadria de Reconhecimento Mecanizado. As tropas marcharam pelas ruas e avenidas principais, cercando o Campo das Princesas. Deslocaram-se, vindas da Praça 13 de Maio, pela Rua Princesa Isabel na dire-

ção do Palácio. Posicionaram-se a partir da ponte Princesa Isabel, interditando, assim, um dos caminhos para a casa do governador. Na Praça da República, armaram metralhadoras que intimidaram os transeuntes que ali circulavam, desavisados e temerosos, e seguiram para os outros cantos de saída, ruas que contornam a praça na frente do Campo das Princesas, impedindo o acesso de quem vinha da Ponte Duarte Coelho pela rua do Sol, bem como aqueles que atravessaram a ponte Buarque de Macedo ou que cruzaram a ponte Maurício de Nassau, descendo pela avenida Martins de Barros. Também, quem naquelas horas da manhã costumava seguir pela moderna avenida Dantas Barreto ou pela histórica rua do Imperador, sob suas calmas aleias, subindo ou descendo, defrontou-se com artilharias, tanques e soldados, tão espantados quanto os caminhantes. Curiosos e perturbados apressaram saltos e passos. A sede do governo foi cercada, impedindo, assim, a sua fuga ou o seu resgate.

A vereadora Júlia Santiago, que no dia anterior esteve no Palácio, chegou ao Sindicato dos Tecelões e recebeu a notícia: “Júlia, você sabe que o Palácio foi ocupado [...] pelo Exército? [No que ela respondeu] Estás conversando, estás brincando!”⁷⁹. Quando percebeu “como nós não tínhamos vigilância”⁸⁰, o golpe já tinha desferido sobre suas crenças um forte baque, mas não a desanimou, só tornou-a mais lúcida, “o exército aqui não fez por menos, ele não escuta, mata logo!”⁸¹. Sua iniciativa foi tentar retornar ao Palácio, para onde seguiu de carro pelas ruas vigiadas. Na ponte Princesa Isabel, que leva para o centro do Recife, foi parada por uma blitz do exército que procurava por armas, “eu estava com Amaro e Nelson, aí pedi a eles calma. Perguntei: ‘o que é que há comandante?’ [...] No que eles responderam:] ‘Não é porque estão descendo com armas, estão vindo da parte de Gregório, que está lá organizando os camponeses’”⁸². Mesmo assim, deram ordem para ela passar e o carro seguiu na direção da Praça da República, de onde avistaram Arraes descer as escadarias, escoltado pelos militares.

Preso sob o comando do coronel Castilho, que entregou a carta da deposição ao governador, e escoltado por militares do IV Exército, seguiu de carro, um fusquinha, para o 14º RI (Regimento de Infantaria), sito em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife, e no dia seguinte para Fernando de Noronha, onde permaneceu vários meses. Nas fotos estampadas no *Diário de Pernambuco* no dia seguinte, o governador parecia resignado ao lado do militar. Afinal, tentara de todas as formas manter a governadoria, desincentivara qualquer reação da Frente Popular ou dos grupos mais radicais.

A vereadora, depois de assistir, humilhada, a queda do “guerreiro”, retornou ao Sindicato, de onde decidiu retirar a placa com o nome da associação de trabalhadores mais atuante da época. Quis mobilizar as forças da Frente Popular, mas ouvira que o Exército já ocupara o Palácio e o governo aceitara o

Golpe. A crença na legalidade se opusera a uma reação armada contra o golpe. A vereadora, então, depois de receber ordem de fuga, tentou avisar nos comitês espalhados pelos bairros da cidade que os militantes do Partido deviam se exilar da Capital. Estava inconformada, decidida a não ser presa nem deixar que prendessem os militantes, principalmente os do Comitê da Macaxeira, “que era muito forte”⁸³. Antes, passou pela casa da primeira deputada e comunista Adalgisa Rodrigues Cavalcanti com a intenção de obrigá-la a fugir naquela mesma noite. Depois, foi para casa se despedir e se aprontar para um exílio de semanas. Fora torturada outrora, mas depois de 1964 não foi presa ou respondeu inquirido, porque sumiram com sua ficha dos prontuários da “Permanência”⁸⁴.

Em casa, Adalgisa Cavalcanti aguardava os acontecimentos. Foi encontrada no andar de cima da sua residência, acompanhada pelo marido. A deputada foi denunciada, arrancada de sua casa à luz do sol. Na delegacia, foi torturada moralmente e ameaçada várias vezes de ser entregue para o Exército, “ameaçada de ir para o Exército e lá ser espancada. Esse negócio todo, desnorteada”⁸⁵. Nunca pode denunciar a tortura porque assinou um documento afirmando que não foi maltratada, “eu não gostei de ter assinado aquele negócio”⁸⁶. Presa por quatro meses na Penitenciária Bom Pastor⁸⁷, recebeu visitas da companheira e vereadora Júlia Santiago, que insistia em auxiliar aos amigos de militância apesar dos alertas de que podia ser presa a qualquer momento pelo envolvimento com os presos políticos.

Nas ruas, repercutiam as notícias atrasadas pelos jornais e alguma noção repassada entre as direções dos partidos e dos militantes sobre o advento golpista do dia 31 de março. Nessa ocasião, o discurso era reticente, como reticente eram as respostas.

O atraso natural das comunicações, de alguma forma, participou do esfriamento das ações dos militantes mais aguerridos. As notícias veiculadas no *Diário*, no primeiro dia do golpe, ainda anunciavam a marcha militar mineira, enquanto, no estado carioca, Jango se convencia da sua deposição, apesar dos protestos. Por isso, os recifenses liam no passado e em letras garrafais, na primeira página da edição, a manchete: “*Forças militares de Minas rebelam-se contra João Goulart e os comunistas*”. De perturbadora a salvacionista, as emoções foram tragadas de um gole, porque nem bem leram o prenúncio do golpe e já o exército estava nas ruas, cercando o Palácio.

Nas páginas dos jornais, os leitores, uns mais aflitos outros mais satisfeitos, souberam que as tropas comandadas pelo general Joaquim Justino Alves Bastos não foram para as ruas, porém o IV exército já aquiescera ao golpe. Seu comandante anunciara adesão⁸⁸, e a polícia estadual estava a postos para ocupar as ruas da Veneza pernambucana.⁸⁹ Sobre as consequências da marcha militar mineira no país, as chamadas informavam a declaração do general Amaury

Krueel, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, que resolvera, após reunião com o Estado Maior, que se posicionava a favor do Brasil e contra os comunistas⁹⁰, coadunando com as palavras do Ministro da Guerra, general Jair Dantas⁹¹. Nessa primeira página do *Diário*, os leitores mais distraídos observaram com intranquilidade que uma guerra civil se delineava na paisagem, pois, a acreditar na chamada do jornal, numa notícia veiculada pelo associado *Meridional* carioca, tropas do I Exército, sediado na capital carioca, aprontavam-se para reagir à Força de Defesa da Democracia, a marcha militar mineira como foi denominada pelo seu comandante de tropa⁹².

Esses mesmos leitores não devem ter compreendido porque os bancos fecharam subitamente suas portas e suspenderam suas atividades, se a vida simples e nua continuava dando seus passos e naquele dia a rotina das firmas públicas e particulares não se modificara. Menos ainda, a razão da intervenção federal na Rádio Jornal do Brasil, se a censura não era ainda uma realidade para aquela população que passava de mão em mão o jornal comunista⁹⁴. Além dessas novas, as chamadas do jornal advertiram para a tentativa sem sucesso do seu presidente, naquele momento ainda em exercício, em desqualificar a ação do comandante mineiro, bem como asseverar a sua autoridade, através do apoio da liderança maior das Forças Armadas, o ministro da pasta da Guerra, afirmando que tal atitude subversiva resultou na sua destituição do cargo. Essa era, como sabido, uma notícia passada naquele primeiro dia do golpe e, talvez por isso, o jornal tenha lhe dado o destaque merecido, uma pequena nota no fim da página.

Fora dos jornais, um grupo de militantes e outros tantos, fiéis ao governador, começaram uma marcha civil de protesto em resposta à marcha militar, que no seu desenrolar, renunciavam, terminaria com a deposição do governador Miguel Arraes de Alencar. Reuniram-se e percorreram as ruas principais do centro do Recife, atravessaram a secular ponte da Boa Vista, e pretendiam alcançar a Praça da República, em frente ao Palácio das Princesas para enfrentar o exército golpista, quando uma tropa da Polícia Militar, com ordem de matar, fez uma barreira, que na lembrança do jovem Marcelo era *verde-oliva*,⁹⁶ à passagem dos resistentes. No julgamento da memória do então jornalista Marcelo Mario de Melo, esse episódio foi marcado de outras impressões.

A primeira impressão de Marcelo sobre os episódios, no dia do golpe foi:

Pela manhã, a gente viu o cerco começando por tropas do Exército em torno do palácio. Começaram, também, as notícias sobre as prisões e as invasões de sindicato. Noticiaram a prisão de Gregório Bezerra e, então, começou aquela correria. Como eu já tinha a experiência de [19]61, [da tentativa] de golpe [na época da renúncia de Jânio Quadros, quando quiseram negar a posse de Jango], eu vi aquilo muito pior, avassalador.⁹⁷

Ele estava na rua, quando ouviu

um boato entre os militantes que se encontravam [uns com os outros, por acaso, de] que ia haver a distribuição de armas no Porto do Recife. Um boato de gente foi [...] e ficou por lá. A gente... [ele e outros companheiros da juventude do Partido Comunista. Nós] chegamos por volta das dez e meia, onze horas e ficamos lá. [Havia] umas trezentas pessoas em pé [...]. Fomos cercados pelos fuzileiros navais. Cercaram, mas não agrediram. Deixaram a gente lá, naquele cerco. Não chegava nada [das armas esperadas], e o tempo foi passando [...]. À medida que as pessoas foram saindo, individualmente, eles foram deixando sair.⁹⁸

A decepção dos militantes, entre eles, Marcelo Mario de Melo, foi maior quando compreenderam a difícil situação em que estavam colocados: “O fato é que as armas não chegaram, e não havia esquema nenhum”.⁹⁹

A vida e a morte dos jovens comunistas no asfalto se transformaram em libelo político e em história, mesmo que, no jornal do dia seguinte, o registro tenha culpado as vítimas pelos seus fins trágicos: “*Agitadores provocam tiroteio na Dantas Barreto: 2 mortos*”¹⁰⁰. Fazia parte do discurso dos “vencedores” tonalizar o sangue vermelho derramado e até esquecer outros dramas. Esqueceu que, em muitos lares, homens e mulheres, ouvidos atentos à voz do radialista, aguardaram ansiosos pelo resultado das eleições. Acompanharam voto a voto a contagem dos seus sufrágios. Esqueceu que a passeata do dia primeiro desfilou as esperanças de setores historicamente maltratados pela falta, que falta trabalho, que falta comida, que falta justiça, que falta dignidade, até que falta democracia. Esqueceu que a passeata, enquanto caminhou pelas ruas e até se defrontar com a Polícia Militar, engrossou com a adesão desses “populares” que sonharam o mesmo sonho de Gregório, de Nida, de Socorro, de Nevinha.

Aquele primeiro dia do golpe na capital pernambucana não foi vivido com a mesma intensidade por todos os recifenses. Na lembrança de Maria das Neves, seu cotidiano mudou parcialmente, e a memória da violência do Exército ficou apenas nas palavras que inaugurou o medo, mas não foi capaz de silenciar as ideias aprendidas em anos de uma prática católica da caridade e da justiça. Aqueles discursos da religiosidade católica praticante, que ela ouviu em sua casa, nos encontros que a sua mãe realizava com as mulheres do bairro, para ouvir a doutrina de Dom Helder. Palavras de violência e temor que ela ouviu em diferentes lugares: primeiro, do gerente italiano, na nova empresa onde se empregara, no último dia de março de 1964; depois, do pai, que fez diversas recomendações para que ela se mantivesse imparcial, porque qualquer envolvimento com “aquela situação” poderia ser perigoso¹⁰¹.

Nevinha conta que trabalhava no escritório de uma empresa norte-americana com filial no Brasil, o laboratório farmacêutico Merck Sharp e Dohme, situado na rua da Concórdia. Essa empresa costumava manter seus funcionários pelo tempo máximo admitido pela CLT, antes do trabalhador adquirir a “estabilidade”. Motivo porque ela foi demitida quando fez seis anos e seis meses de contrato de trabalho. Com sete anos, teria alcançado a estabilidade e não poderia mais ser desligada do quadro. Maria das Neves foi demitida no final de fevereiro e procurou trabalho durante todo o mês de março de 1964. Em várias companhias, fez testes para admissão. No dia 31 de março, foi chamada pela firma italiana Pirelli Pneus, uma empresa situada na avenida Cruz Cabugá. Ela se apresentou nesse dia, quando conversou com o gerente, fez uma carta pedindo emprego, para mostrar que sabia redigir e deixou os documentos no departamento de pessoal. Ainda, nesse dia, trabalhou até o final da tarde e, na manhã seguinte, retornou para o emprego. No 1º de abril,

Ao assumir, a gente trabalhou a parte da manhã, quando foi meio-dia, o gerente, um italiano chamado Bianqui, nos reuniu e disse: ‘Você não precisam voltar à tarde, porque o Palácio foi invadido pelo Exército, o governador Arraes está sendo deposto. Ele está sendo deposto porque ele é um homem de verdade’. [...] Quando nós saímos cadê ônibus, não tinha ônibus. Então, eu vim andando a Cruz Cabugá, a avenida Norte todinha, a Estrada de Belém todinha, até minha casa [...] na rua Das Pás.¹⁰²

Nevinha morava no bairro de Campo Grande. O centro da cidade estava deserto. A movimentação era apenas em torno do Palácio. Ela não viu qualquer circulação do Exército, e no rádio, pela manhã, não houve comunicação dos acontecimentos, por isso fora trabalhar. Quando chegou à casa dos pais, com quem morava na época, já passava da hora do almoço, o rádio nesse momento estava ligado e ela ouviu, junto com o pai, a notícia da deposição e prisão do governador, bem como que o vice, Paulo Guerra, assumiria no seu lugar. No dia 2, voltou ao trabalho. As ruas estavam calmas e os ônibus circulavam normalmente. Ela sabia que não era para falar sobre o assunto, que não devia ter opinião sobre a prisão do chefe do executivo estadual, que “era para ficar calada. [...] Mas,] de um modo geral, as pessoas eram favoráveis a Arraes”¹⁰³.

Distante, também, do centro dos acontecimentos, mas não menos envolvida, Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira viveu as torturas impostas pelo regime de exceção, no período, através das prisões de sua filha Rosalina, grávida, do genro Geraldo Leite e do filho Fernando, um desaparecido político. Sofreu também com o exílio do seu filho Marcelo, antes que se tornasse mais uma vítima da repressão.

Essa mulher de pouca instrução, cercada de mimos pelo pai, casou cedo e teve dez filhos. Não participou diretamente de qualquer movimento político ou partido, mas confessou que instruiu os filhos no interesse pela política quando, em casa, nos períodos de eleições, colava os ouvidos no rádio para ouvir contar os votos. Lembrou que na eleição em que Miguel Arraes foi candidato a governador do estado fez seus meninos contabilizarem os votos gritados pelo radialista.

Assistiu, assim, as urnas chegarem do interior, trazendo a boa nova de um candidato do povo ser eleito chefe máximo de Pernambuco, apesar da oposição ferrenha dos usineiros, que disputavam voto a voto com o “*Zé Ninguém*”. Somaram as cédulas e ela soube logo que seu candidato ganhara com uma margem pequena ante seu principal rival, João Cleofas. Pouco mais de 4.600 eleitores fizeram a diferença entre o novo e o velho mundo, do que ela, dona Elzita e seus filhos, iriam viver tantas consequências. A menina Elzita, a quem negaram conhecer, na infância, os mortos da família, quando adulta aprendeu novenas de cemitério, percorrendo entre as lápides em romaria pela soltura da sua filha, pelo aparecimento do seu filho vivo. Ou morto, não importava, “sonho com o fim da história”¹⁰⁴.

Essa mulher doméstica aprendeu a andar nos corredores dos gabinetes, procurando por respostas, ou ao menos por ajuda. Ouviu frases simpáticas e ineficazes do então governador biônico Marco Maciel. Pediu ajuda a pessoas influentes como Joarez Távora, Sobral Pinto, Amoroso Lima. Enviou cartas, visitou políticos. Adentrou as portas labirínticas das delegacias ousando questionar os repressores. Junto com uma filha mais moça, Márcia, exigiu ver a filha Rosalina, que trouxeram transferida para a prisão na Rua das Cobras. Meteu-se num carro, entre policiais armados de metralhadoras, e seguiu em busca da filha. Evitou, assim, que a repressão negasse a prisão de Rosalina e do genro, presos por delação de terem participado da fuga de um casal de camponeses, levados de carro do Rio de Janeiro para a Bahia, entre outras tarefas que fizeram a serviço da Juventude Universitária Católica (JUC) – outra história. Dessa forma, aos poucos foi participando da luta pela anistia, da luta pelo reconhecimento dos desaparecidos políticos, e integrou o grupo Tortura Nunca Mais. No processo, foi ficando corajosa, “Meu marido adoeceu porque ele não tinha a coragem que eu tinha. Ele às vezes tava ali na grade, ficava olhando. Nunca deixou a gente trocar o telefone [...] que era censurado”¹⁰⁵. Nessas andanças e “falanças” construiu, junto com outras mulheres e homens, uma teia que alarmou as ações impetradas pelo Serviço Nacional de Segurança, essa força tarefa do estado de exceção que mergulhou o mundo numa fumaça de medo e alienação, abalada pelos gritos maternos de mulheres que nunca desistiram de encontrar seus parentes, filhos, esposos, pais, ausentes, consequências do 1º de Abril de 1964, do golpe civil-militar.

Aquele dia marcou a história nacional e foi noticiado pelas ondas curtas e médias. O rádio informou a prisão de Arraes causando comoção na população e, depois, quando o ex-governador ficou incomunicável, gerou o boato de sua morte. “Quando Arraes saiu preso do palácio, o povo na rua chorava, chorava na porta da igreja”¹⁰⁶.

Um dia depois do longo suspense, em 2 de abril, jornais abertamente favoráveis ao golpe militar voltaram a estampar manchetes, discursos em forma de editoriais e eloquentes narrativas jornalísticas, que faziam acreditar que o povo se arrependera dos milhares de votos nas urnas em favor do projeto dos nacionalistas e das esquerdas brasileiras que pretendiam reformas legais, agora declaradamente os “inimigos da nação”. No jornal carioca, as manchetes traduziam a gloriosa conquista da Rede Democrática, a derrocada das lideranças vermelhas: “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restabelecida; a Assembleia de Pernambuco votou o *impeachment* de Arraes”¹⁰⁷.

Em letras garrafais, apresentaram aos leitores uma sequência de retratos, em preto e branco, do desejo construído no silêncio e na ausência de uma oposição. Creditaram que as massas, esse povo sem identidade¹⁰⁸, clamavam pelo retorno dos militares que, no imaginário das elites, um dia representaram o país. Queriam a volta do “progresso” com ordem e “sem violência”: “A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuvas de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento”¹⁰⁹.

O *Diário de Pernambuco* também se revelou da imprensa golpista. No dia seguinte, aproveitou as páginas da sua edição para estampar imagens da “revolução”. O atraso das informações não diminuiu seu forte impacto. Repetindo o modelo do jornal sudestino, a manchete publicou a fuga do chefe da nação, “*Jango sai de Brasília rumo a Porto Alegre ou exterior: posse de Mazzilli*”,¹¹⁰ e uma chamada na primeira página anunciou a queda do chefe do executivo estadual, “*Arraes deposto pelo Exército: Paulo Guerra a frente do governo*”¹¹¹.

Na foto, Miguel Arraes está sentado no banco traseiro de um fusca, que não é possível identificar como um veículo do exército. Seus acompanhantes vestem fardas para atividades administrativas, mas são vestes militares. O rosto imparcial do governador era traído apenas pelo olhar fixo na sua frente, certamente não enxergava a nuca do seu condutor. Talvez, vislumbrasse o futuro incerto. Recebera ordem de prisão e fora algemado. Em outra foto, na página interna da edição, o repórter do jornal registrou num “clic” essa ocasião. Na saída do Palácio, descera as escadarias apenas acompanhado de oficiais superiores e soldados armados. Porém, esse acordo de cavalheiros não depõe contra o “agitador vermelho” e, por isso, não foi digno de se eternizar em cena.

Cena que é uma imagem resultante de ações assentadas por mulheres e homens que deslocaram seus olhares das páginas linotipografadas para as ruas do Recife e se movimentaram dessas ruas para retornarem às páginas da história no cenário do golpe.

RESUMO

Este artigo trata sobre a participação das mulheres na resistência ou apoio ao regime militar instaurado em 1964 no Brasil, a partir do caso de Pernambuco. Não motivado, ainda, pelo discurso de gênero, que se afirmou uma década depois, nos anos 1970, essa participação, se fundamenta numa perspectiva de luta de classes. Essas mulheres são militantes e/ou simpatizantes, que atuaram nas organizações de esquerda e de direita, no Recife, nos anos iniciais da década de 1960. Esta narrativa se formatou observando a necessidade de deslizar sobre o passado dessas mulheres, para situá-las no presente histórico, do corte, e notar suas aspirações, como projetos individuais e coletivos, no qual se inseriram e construíram suas próprias memórias, fonte principal com que se escreveu esta história.

PALAVRAS-CHAVES

Mulheres-História; Mulheres – Movimentos sociais.

Strength of memory and memories of Women chop (April 1, Recife, 1964).

ABSTRACT

The article addresses the significant participation of women in the resistance of the regime imposed in Brazil in 1964, not yet influenced by the gender paradigm that is a result of the advance of feminist movement in the country, a decade later, in the 1970s; but based in a broader understanding of class struggle, predominant during the focused period. These women are members and/or sympathizers engaged in leftist organizations at Recife, in the early 1960s. In addition, this narrative takes into account the need of understanding the past of these women, situating them in the historical present, and to note their aspirations, as individual and collective projects, in which they were engaged and elaborated their own memories - primary source on which the present essay is based upon.

KEY-WORDS

Women-History; Women – Social Movements.

NOTAS

¹ Profa. Dra. Andréa Bandeira (História) - Universidade de Pernambuco (UPE). Contato: andreabasa@uol.com.br.

² GRAÚNA, Graça. Retrato. Recife: Portal Vozes Femininas, s/d.

³ “Há que endurecer, mas sem perder a ternura, jamais”. Frase consagrada ao guerreiro argentino Ernesto Rafael de la Serna, El Che (1928-1967), que lutou ao lado de Fidel Castro na Revolução Cubana.

⁴ CARDOZO, Joaquim. “Recife de Outubro”, 1925.

⁵ MARKER, Chris. *La jetée*. França, 1962 (romance fotográfico).

⁶ HAWKS, Howard. *Os homens preferem as loiras* (Gentlemen prefer blondes). EUA, 1953.

⁷ EDWARDS, Black. *Bonequinha de luxo* (Breakfast at Tiffany's). EUA, 1961.

⁸ HERNÁNDEZ, Rafael. *Dez anos* (Diez Años). Versão de Lourival Faissal. Brasil, 1951.

⁹ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 03/04/1952, 6. Grifo do documento.

¹⁰ RIDENTI, Marcelo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003,133-166, 135

¹¹ ROCHA, Glauber. *Deus e o Diabo na terra do sol*. Brasil, 1964, retrato do conflito e da luta pela terra; DIEGUES, Carlos. *Ganga Zumba*. Brasil, 1964 e à peça BOAL, Augusto. *Arena conta Zumbi*. Brasil, 1965, ambos baseado na História de Zumbi e da luta quilombola, e o romance CALLADO, Antônio. *Quarup*. Brasil: Nova Fronteira, 1967, que narra a trajetória de um padre pernambucano que sonha em estabelecer “uma nova terra prometida” em terras indígenas. RIDENTI, Marcelo. “Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança”. 2003,133-166, 136.

¹² Os clubes de mulheres eram associações de bairros, localizados na área metropolitana do Recife, e existentes em outras capitais, a exemplo da capital carioca, São Paulo e Fortaleza. Eram organizados por mulheres militantes dos muitos Partidos, tanto da esquerda, exemplo das militantes comunistas, quanto da direita, a exemplo da ude-nista Maria Luiza Carneiro Campello, que atuou no bairro das Lavadeiras, região da periferia da cidade do Recife.

¹³ A *socialite* Ângela de Araújo Barreto Campelo, a professora Carminha Miranda, a funcionária pública Maria Luiza Carneiro Campello, representantes de setores de classe média e da elite agroindustrial de Pernambuco, que formaram a Rede, na capital.

¹⁴ A jovem estudante Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Júlia Santiago da Conceição, entre outras mulheres e militantes, que fizeram a história do comunismo do Brasil.

¹⁵ “Fizemos uma campanha dia e noite, de casa em casa, a cidade do Recife tinha mais possibilidades, por conta de Pelópidas [Silveira], por conta dos trabalhos que haviam sido feitos, de Arraes ter sido um prefeito muito bom, o Pelópidas nem se fala, o melhor prefeito de todos, mas no Agreste e no Sertão, o anticomunismo era violento, e apesar de Arraes nunca ter pertencido ao Partido Comunista. Digo isso sabendo o que estou dizendo, porque eu fui do Partido Comunista e sabia que Arraes não era [...], nem no

exílio. Tinha relações, ouvia todos, falava com todos, mas nunca foi do Partido Comunista”. CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria do Socorro Ferraz Barbosa* (MSFB). Recife, 10/10/2011.

¹⁶ FUNDAJ. Jornal *Diario de Pernambuco*, 26/03/1964.

¹⁷ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria do Socorro Ferraz Barbosa* (MSFB). Recife, 10/10/2011.

¹⁸ Francisco Heráclito do Rego. A cidade de Limoeiro situa-se na zona da mata norte, fica a 77km da capital pernambucana.

¹⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria do Socorro Ferraz Barbosa* (MSFB). Recife, 10/10/2011. Gregório Bezerra afirma nas suas Memórias a falta de recursos para as campanhas que elegeram Miguel Arraes para prefeitura do Recife, em 1958, e depois para a governadoria de Pernambuco, em 1962: “*Era o candidato do tostão contra o candidato dos milhões*”. BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 499.

²⁰ PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil. 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972, 69.

²¹ Central Intelligence Agency, Agência Central de Inteligência.

²² Pelópidas Silveira foi Secretário de Viação no governo de Miguel Arraes, entre os anos 1962 e 1963, quando deixou o cargo para assumir a prefeitura da Capital pernambucana.

²³ SILVEIRA, Pelópidas. Pelópidas Silveira (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 41 p. dat. <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista734.pdf>

²⁴ FUNDAJ. Jornal *Diario de Pernambuco*, 04/03/1964.

²⁵ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Ângela de Araújo Barreto Campelo* (AABC). Recife, 01/06/1985.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ FUNDAJ. Jornal *Diario de Pernambuco*, 01/03/1964.

³⁶ Idem, 01/03/1964.

³⁷ A obra citada pelo colunista: Frei Vicente do Salvador. História do Brasil, 1500 – 1627. 1627. Existem várias edições brasileiras, entre elas, a publicada pela Atalaia, Cuiabá-MT, 1982.

³⁸ Alabarda aguda e larga de infantaria, espécie de lança de haste longa.

³⁹ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 01/03/1964.

⁴⁰ Pode ser verificado, por exemplo, no destaque que o Diário deu ao projeto de lei que ampliava os direitos das mulheres na legislação civil brasileira, equiparando-a ao homem no tocante ao uso de cheques sobre o produto do seu trabalho, independente do regime adotado no casamento, em tramitação na Câmara dos Deputados (FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 09/03/64), formalizando, ainda que minimamente, essa demanda de empoderamento das mulheres. Tais demandas menos de uma década depois, se transformaram num movimento nacional organizado.

⁴¹ Idem, 05/03/1964.

⁴² FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 05/03/1964. Grifo da tese. No dia 6, o Diário repete a nota em que chamava para a marcha das mulheres.

⁴³ “Dom Carlos agoniza no Hospital do Centenário”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 07/03/1964.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 07/03/1964.

⁴⁷ O texto do manifesto foi transcrito, na íntegra, na página do Jornal. Idem, 07/03/1964.

⁴⁸ “Aplausos às mulheres pela defesa do regime democrático”. Idem, 07/03/1964.

⁴⁹ Entrevista: Maria das Neves Santos Cardoso (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.

⁵⁰ Entrevista: Clemilda Maria de Oliveira de Souza (CMOS). Recife, 06/02/2012.

⁵¹ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 01/03/1964.

⁵² “Carioca fará réplica ao comício do dia”. Idem, 10/03/1964.

⁵³ “Hoje, em São Paulo, ‘A marcha da’”. No dia seguinte: “Um milhão de paulistas na ‘Marcha da liberdade’”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 19 e 20/03/1964.

⁵⁴ “Deputado Danilo Nunes falará amanhã para cruzada”. “Comício feminino: êxito apesar do terror policial”. Idem, 24/03/1964. Em entrevista, Maria Luíza reforça: “Acredito que ele [Arraes] tenha procurado sabotar, porque isso foi concretizado no dia seguinte, quando houve uma reunião no Sesc, na segunda-feira [à noite], dia 23 de março de 1964 e aí houve falta de luz, as bolsas das senhoras foram abertas e examinadas”. CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: Maria Luíza Carneiro Campello (MLCC). Recife, 28/05/1985.

⁵⁵ Na primeira página: “Deputado desportista procurou impedir concentração feminina pró-democracia”. Internamente, na mesma edição: “Deputado mandou fechar as portas do

América e milhares de mulheres fizeram em plena rua memorável concentração". *Diário de Pernambuco*. 21/03/1964.

⁵⁶ Então Presidente Nacional da União Democrática Nacional (UDN).

⁵⁷ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 22/03/1964.

⁵⁸ Não fica muito claro em sua afirmação quem foi o agitador e quem perseguia seu grupo. O *Diário de Pernambuco*, entretanto, em edição dias depois do acontecimento na Faculdade, confirmou o nome de Vernier, sem mais detalhes de quem seria essa pessoa. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 24/03/1964

⁵⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria Luiza Carneiro Campello* (MLCC). Recife, 28/05/1985.

⁶⁰ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria Luiza Carneiro Campello* (MLCC). Recife, 28/05/1985.

⁶¹ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 525-6.

⁶² Idem, 526.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ver: COELHO, Fernando. *Direita Volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004; DREIFUSS, Renè Armand. 1964, *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006; PAGE, Joseph A. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil. 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

⁶⁵ *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964. <http://www.scribd.com/doc/7392881/TERNUMA-Historia-Do-Terrorismo-No-Brasil>. Acessado em 01/05/2009.

⁶⁶ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 526. Ver: COELHO, Fernando. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004, e FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; SILVA.

⁶⁷ FUNDAJ. *Diário de Pernambuco*. 31/03/1964.

⁶⁸ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Júlia Santiago da Conceição* (JSC). Recife, 02/12/1983.

⁶⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Maria do Socorro Ferraz Barbosa* (MSFB). Recife, 10/10/2011.

⁷⁰ Entrevista: *Clemilda Maria de Oliveira de Souza* (CMOS). Recife, 06/02/2012.

⁷¹ Entrevista: *Maria Leônida Lopes* (MLL). Recife, 10-27/02/2012.

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ O número dezessete é associado ao macaco, no "Jogo do Bicho". Idem.

- ⁷⁶ Entrevista: *Maria de Fátima Guimarães* (MFG). Recife, 16-20/01/2012.
- ⁷⁷ Idem.
- ⁷⁸ Entrevista: *Marcelo Mario de Melo* (MMM). Recife, 5-17/01/2012.
- ⁷⁹ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Júlia Santiago da Conceição* (JSC). Recife, 02/12/1983.
- ⁸⁰ Idem.
- ⁸¹ Idem.
- ⁸² Idem.
- ⁸³ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Júlia Santiago da Conceição* (JSC). Recife, 02/12/1983.
- ⁸⁴ Nome como era conhecida a Delegacia, onde permaneceram diversos presos e presas políticas.
- ⁸⁵ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Adalgisa Rodrigues Cavalcanti* (ARC). Recife, 27/07/1982.
- ⁸⁶ Idem.
- ⁸⁷ A Colônia Penal Feminina do Bom Pastor localiza-se no bairro da Iputinga, no Recife.
- ⁸⁸ “*Adesão de Justino é anunciada*”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 01/04/1964.
- ⁸⁹ “*Polícia ocupa as ruas do Recife*”. Idem, 01/04/1964.
- ⁹⁰ “*Krue! II Exército contra os comunistas*”. Idem, 01/04/1964.
- ⁹¹ “*Jair ‘serpã mantida a ordem a todo custo*”. Idem, 01/04/1964.
- ⁹² “*Combate esperado a qualquer momento*”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 01/04/1964.
- ⁹³ “*Bancos voltarão a funcionar só na segunda-feira*”. Idem, 01/04/1964.
- ⁹⁴ “*Rádio Jornal do Brasil sob intervenção federal*”. Idem, 01/04/1964.
- ⁹⁵ “*Destituídos gerais rebeldes*”. Idem, 01/04/1964.
- ⁹⁶ Entrevista: *Marcelo Mario de Melo* (MMM). Recife, 5-17/01/2012.
- ⁹⁷ Idem.
- ⁹⁸ Idem.
- ⁹⁹ Idem.
- ¹⁰⁰ FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 02/04/1964; BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, 531-6. No jornal, no dia seguinte, apareceu retratado sob a chamada: “*Polícia vasculha ninhos de agitação levando ao xadrez líderes comunistas: Gregório preso*”. FUNDAJ. *Jornal Diário de Pernambuco*, 03/04/1964.
- ¹⁰¹ Entrevista: *Maria das Neves Santos Cardoso* (MNSC). Recife, 3-13/03/2012.
- ¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira* (ESSC). Recife, 14/04/2005.

¹⁰⁵ CEHIBRA/FUNDAJ. Entrevista: *Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira* (ESSC). Recife, 14/04/2005.

¹⁰⁶ Entrevista: *Clemilda Maria de Oliveira de Souza* (CMOS). Recife, 06/02/2012.

¹⁰⁷ *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 02 de abril de 1964. <<http://acertodecontas.blog.br/politica/editorial-do-jornal-o-globo-de-2-de-abril-de-1964-celebrando-o-golpe-militar>>. Acessado em: 01/05/2009.

¹⁰⁸ REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹⁰⁹ *Jornal O Dia*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964. <<http://blogdabrhistoria.blog.uol.com.br>>, acessado em: 01/05/2009.

¹¹⁰ FUNDAJ. *Jornal Diario de Pernambuco*, 02/04/1964.

¹¹¹ Idem.